RGPC

Relatório Anual de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Identificação

Entidade	AE Francisco de Holanda
Período de referência	2025
Data de elaboração	27 de abril de 2026
Responsável pela elaboração	Daniela Rodrigues, Coordenadora Técnica
Responsável pela validação	Rosalina Pinheiro, Diretora do AE
Documentos de suporte consultados	PPR relatório intercalar de outubro, atas, registos, evidências e outros elementos

Enquadramento e objetivo

O presente relatório anual tem por objeto avaliar a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quantificando o grau de implementação das medidas preventivas e corretivas previstas, identificando os principais desvios e registando a previsão da sua plena implementação, quando aplicável.

Metodologia

- Análise do PPR em vigor e das medidas nele previstas.
- Verificação de evidências documentais e procedimentais.
- Recolha de informação junto das áreas responsáveis pela execução.
- Consideração do relatório intercalar de outubro, quando aplicável.
- Registo dos constrangimentos, decisões e necessidades de revisão.

Síntese executiva

Nível global de execução do PPR	[77,7% de execução global estimada]
Situação global das medidas	5 concluídas, 2 em curso, 1 por iniciar
Riscos que exigem maior acompanhamento	Planeamento das compras públicas; Tramitação dos procedimentos legais de contratação pública respeitantes às aquisições de bens e serviços
Principais constrangimentos	recursos, calendarização,
Decisões propostas para o período seguinte	Manter e reforçar as medidas previstas no PRR

2.5 Quadro central de monitorização das medidas

Preencher uma linha por medida do PPR. Sempre que a medida seja dada como concluída ou em execução avançada, deve existir evidência identificável.

Área/processo	Risco associado	Medida prevista	Responsável	% execução	Evidência disponível	Desvio ou constrangimento	Previsão de plena implementação
Prática de atos de gestão, pagamentos a fornecedores, despesas não documentadas, omissões na prestação de contas, controlo de fundo de maneio, erro de processamento nas tarefas, classificação da despesa, cálculo de valores, erro do destinatário de transferências, processamento de receitas de caixa Cobrança de receitas - clientes	Desvio de capitais, favorecimentos pessoais, erro propositado para benefício de terceiros	Segregação de funções	Diretora	100	Manual controlo interno atualizado e publicado		
Organização e atualização do cadastro e inventário dos bens móveis	Desvio de equipamento	Existência de aplicação informática para registo dos bens inventariáveis com localização do bem e etiqueta de registo	Conselho admisnitrativo	100	aplicação INOVAR (certificad)		
Formação Profissional	Favorecimento/ Discricionarieda de no acesso à formaçã	Existencia de um plano de formação com acesso público no Centro de Formação	Director do Centro de Formação	50	Moodle do CFFH		
Planeamento das compras públicas	Divisão Artificial da Despesa; Divisão Artificiosa do Valor do Contrato; Fraude à Lei; Utilização abusiva do Ajuste Direto Erro na escolha e tramitação dos procedimentos aplicáveis; Regras na elaboração dos convites; Conflitos de Interesses	laneamento antecipado das compras e levantamento anual das necessidades de cada departamento, para assegurar o cumprimento do art.º 22.º do CCP e, consequentemente, do Princípio da Concorrência; Cumprimento e monitorização das regras estabelecidas no Códigos dos Contratos Públicos (CCP); Utilização de plataforma eletrónica para	Conselho admisnitrativo (CA)	100	Planatforma Vortal e ANOGOV BaseGOV Atas do CA		

		lançamento de concursos públicos; Arquivo partilhado de todos os procedimentos de ajuste direto simplificado e ajuste direto; Preenchimento e assinatura das Declarações de Inexistência de Conflitos de Interesses, garantindo, desse modo, o Princípio da Transparência					
Executar projetos comunitários, a nível financeiro e também de conteúdos pedagógicos e científicas	Cumprimento de regras Internas uniformizadas com Departamento Financeiro; Favorecimentos pessoais, benefício de entidades terceiras	Monitorização de todos os procedimentos; prestação de informações regulares do Conselho Administrativo.	Formação por especialistas na área	100	Contratação de especialistas em direito e consultoria Atsa de CA e relatórios intercalares		

Escala recomendada para a percentagem de execução: 0% não iniciado, 25% iniciado, 50% execução parcial, 75% execução avançada, 100% concluído e evidenciado.

Situações de risco elevado ou máximo

Área	Situação de risco	Nível de risco	Medidas adotadas	Evolução face a outubro	Ação adicional necessária
Processamento Salarial	Favorecimento /Risco de pagamentos de salários indevido	Baixo risco	Controlo de presenças com dupla via: análise de presenças através de lista de presenças elaboradas pelos seguranças cruzada com informações dos superiores hierárquico	positiva Controlo manual pelos assistentes opercaionais	Digitalização do processo
Elaboração de um grupo de trabalho	monitorização	baixo	A adotar medidas mais assertivas para motivar à participação de pessoas externas	Não houve	Estabelecimento de parcerias com entidades externas

Indicadores complementares de controlo e monitorização

Indicador	Meta ou referência	Resultado apurado	Leitura / comentário
Ações de controlo previstas	10	10	Ações de control aleatório pelo CA
Ações de controlo realizadas	10	10	Realtórios de prestação de contas
Ações de formação realizadas	2	2	Acções de 25h, acreditada, ações de curta duração ou de sensibilização não foram tidas em conta
Participantes abrangidos	316	316	Referencia apenas aos adultos professors e Pessoal não docente; a publicitação atinge toda a comunidade escolar
Incidentes ou ocorrências relevantes	0	0	100%

2.8 Formação, comunicação e sensibilização

Ação	Destinatários	Data	N.º participantes	Ligação ao risco ou medida do PPR
Publicitação por email	Professesores e PND	No inicio de cada ano letivo e civil	316	Elevada ligação à prevenção
Publicitação na página da escola	Comunidade interna e externa	À entrada em vigor da legislação	público	Elevada ligação à prevenção
Partilha de documentação	Professesores e PND	No inicio de cada ano letivo e civil	316	Elevada ligação à prevenção

Ocorrências relevantes, denúncias e ações corretivas: não aplicável

Desvios, constrangimentos e proposta de revisão: não aplicável

Conclusão, aprovação, publicitação e comunicação

Em face da análise efetuada, conclui-se que o grau de execução do PPR no período em referência foi de 75%, encontrando-se a medida em execução avançada, faltando apenas a estabilização. Propõe-se reforçar as medidas identificadas no presente relatório, nos termos assinalados nas secções anteriores.

Data de aprovação	27 de abril de 2026
Órgão ou dirigente que aprova	Conselho Administrativo
Publicitação aos trabalhadores	28 de abril de 2026
Comunicação externa aplicável	Página da escola e plataforma MENAC